

NOTAS EXPLICATIVAS DA Administração às Demonstrações Contábeis em 31-12-2019 e 2018

1. CONSTITUIÇÃO, OBJETO SOCIAL E CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi instituída pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio do Decreto 40.132, de 23-05-1962, conforme autorizado pela Lei 5.918, de 18-10-1960. É uma Fundação com personalidade jurídica de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, tendo por finalidade o amparo à pesquisa científica e tecnológica no Estado de São Paulo, com sua sede na Capital do Estado de São Paulo.

Os recursos da Fundação são: Destinação mínima de 1% da receita tributária do Estado de São Paulo, como renda de sua privativa administração, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico (parágrafo único do artigo 271 da Constituição do Estado de São Paulo); Rendas de seu patrimônio, saldos de exercícios, doações, legados, transferências intergovernamentais e direitos sobre patentes resultantes de pesquisas feitas com seu auxílio e demais receitas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Critérios de Elaboração em observância aos dispositivos normativos:

As demonstrações contábeis são compostas pelos balanços patrimoniais, financeiros, demonstrações das variações patrimoniais, balanço orçamentário, a demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a análise das demonstrações contábeis tem o objetivo de fornecer

informações úteis aos usuários internos e externos para tomada de decisão. A conclusão destas demonstrações contábeis e a sua divulgação pela Administração da Fapesp, ocorreu em 21-02-2020.

Os dispositivos legais utilizados foram: Lei complementar 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Lei 4.320, de 1964, que estatuí normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços das três esferas de governo;

Disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas pela Fundação na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, em especial à Norma Brasileira Aplicada ao Setor Público - NBCTSP - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, de 23-09-2016, Portaria Conjunta STN/SOF 6, de 18-12-2018 e Portaria STN 877, de 18-12-2018 (8ª Edição do MCASP);

3. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário foi elaborado de acordo com as orientações constantes na Parte I, que trata dos procedimentos contábeis orçamentários e da Parte V, que trata da Elaboração do Balanço Orçamentário, contidas na 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, aprovada pela Portaria STN 877, de 18-12-2019; e com a Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, em 19-06-2015.

3.1.- Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - Despesas

Movimentação das Alterações Orçamentárias	Fonte de Recursos	Valores	Dispositivo Legal
Crédito Inicial	Todas as Fontes	1.587.408.415	Lei 16.923/2019
(+) Suplementação por Superávit Financeiro	Recursos Próprios - 004	10.700.000	Lei 4.320/64-art. 43
(*) Suplementação por Superávit Financeiro	Rec. Vinc.Federal - 005	35.000.000	Lei 4.320/64-art. 43
(-) Redução por Anulação Parcial	Recursos Tesouro - 001	(1.855.257)	Dec. 64.713/2019
(=) Dotação Atualizada		1.630.653.158	

3.2.- Do Resultado Orçamentário

Componentes	Valores
Receita Realizada	102.686.908
(-) Despesa Empenhada	1.313.937.982
<b>(=) Resultado Orçamentário</b>	<b>(1.211.251.074)</b>

O déficit orçamentário verificado na execução orçamentária no valor de R\$ 1.211.251 mil, deve-se ao fato do repasse obrigatório, por determinação constitucional (artigo 271, da Constituição do Estado de São Paulo) não ser considerado como receita orçamentária, para não haver duplicação da receita conforme preceitua a Lei Complementar 101/2000. A Portaria 339/2001 - MF/STN estabelece o tratamento orçamentário e financeiro para os agentes que executam despesas orçamentárias e não são agentes arrecadadores.

No exercício de 2019, o repasse financeiro do Governo do Estado foi da ordem de R\$ 1.350.534 mil, para cobertura das despesas executadas na fonte tesouro.

3.3.- Dos limites de Gastos Correntes Realizados Por força de sua lei de criação (Lei 5.918/1960), as despesas com administração, inclusive despesas com pessoal, não podem ultrapassar 5% do orçamento da Fundação. Apresentamos quadro demonstrativo abaixo:

Componentes	Valores
Total do orçamento autorizado	1.630.653.158
5% do orçamento autorizado	81.532.658
<b>(=) Limite de Gasto Orçamentário Autorizado</b>	<b>81.532.658</b>
Despesa de Pessoal e Encargos Sociais	58.153.539
(+) Outras Despesas Correntes	24.567.622
(-) Programa de Desligamento Voluntário - PDV	(409.239)
(-) Indenização Trabalhista	(2.500.000)
<b>(=) Total de Gasto Orçamentário Realizado</b>	<b>79.811.922</b>
<b>Limite de Gasto Orçamentário Autorizado (5%)</b>	<b>81.532.658</b>
<b>(-) Total de Gasto Orçamentário Realizado (4,8945 %)</b>	<b>79.811.922</b>
<b>(=) Economia Orçamentária</b>	<b>1.720.736</b>

3.4.- Dos Anexos de Execução dos Restos a Pagar São destacadas ainda, a apresentação dos Anexos 1 e 2 que são os demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e os processados referentes aos exercícios findos em 2018 e 2017 com as respectivas execuções no exercício de 2019, a seguir: EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2019 - ANEXO 1

Saldo Inicial em 31/12/2017	120.000.000,00
( - ) Valores transferidos para Processados e pagos em 2018	(10.817.548,31)
<b>( = ) Saldo em 31/12/2018</b>	<b>109.182.451,69</b>
( - ) Valores transferidos para Processados e pagos em 2019	(34.842.237,90)
<b>( = ) Saldo em 31/12/2019</b>	<b>74.340.213,79</b>

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EM 2019 - ANEXO 2

Saldo Inicial em 31/12/2018	61.139.886,69
( - ) Valores pagos em 2019	(61.139.886,69)
<b>( = ) Saldo em 31/12/2019</b>	<b>-, -</b>

3.4.1.- Da Inscrição de Restos a Pagar Processados e não Processados do Exercício de 2019

O valor inscrito em Restos a Pagar Processados foi extraído do saldo das contas de Fornecedores, Encargos Sociais a Recolher, Salários a Pagar, Bolsas e Auxílio a Pagar e Contribuições a Recolher no montante de R\$ 60.404 mil.

O valor inscrito em Restos a Pagar não Processados refere-se a despesas não processadas decorrentes de obras e materiais permanentes no valor de R\$ 4.273 mil.

3.5.- Plano de Implantação de Verbas de Amparo como Investimentos

A Secretaria de Planejamento e Gestão, a pedido da FAPESP, cria a natureza de despesa de capital com auxílio financeiro a pesquisadores para aquisição de bens permanentes (4.4.90.20), por meio da Portaria CO 7, de 15-09-2015, alterada em 06-12-2017 pela Portaria CO 14, de 06-12-2017.

A FAPESP por meio da Portaria PR 18/2017 introduziu nova sistemática para identificar as aquisições de bens permanentes pelos pesquisadores, criando um CNPJ próprio para uso exclusivo dos pesquisadores no momento da aquisição desses bens.

A FAPESP firmou convênio com a SEFAZ/SP, capturando todas as NF-e nas compras nacionais via webservice on-line.

Em relação às aquisições no exterior, são extraídas do Siscomex as compras com base nas Declarações de Importação - DI, considerando a NCM/SH, segregando os bens permanentes e custo de aquisição do bem adquirido igual ou superior a R\$ 1.2 mil reais (Lei 12.973/2014).

A execução orçamentária com aquisição de bens permanentes para pesquisas, no presente exercício, foi de R\$ 220.511 mil, representando 23,14% do total dos recursos orçamentários com bolsas e auxílios à pesquisa.

4. BALANÇO FINANCEIRO

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com

os saldos de caixa e equivalentes de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, nos termos do artigo 103, da Lei 4.320/64 e práticas elencadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª Edição, e a Resolução NBC TSP 11, de 11-10-2018.

4.1.- Dos Restos a Pagar Processados e não Processados

Consideramos como Restos a Pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31-12-2019, distinguindo as processadas das não processadas, atendendo o artigo 36 da Lei 4320/64. Os valores inscritos como restos a pagar processados atingiram o montante de R\$ 60.404 mil e, como restos a pagar não processados o valor de R\$ 4.273 mil.

4.2.-Do Resultado Financeiro

Evidencia o confronto entre os ingressos e os dispêndios orçamentários, por destinação de recursos, associados as movimentações extraorçamentárias. Utilizamos o conceito de receita orçamentária ordinária para as receitas próprias e as decorrentes das transferências financeiras do Governo do Estado de São Paulo para atender às despesas realizadas na fonte de recursos do Tesouro, possuindo características de alocação livre entre a origem e aplicação de recursos e, dessa forma, atender a qualquer finalidade; e como vinculada, a receita arrecadada com destinação específica estabelecida em uma legislação, tornando-se em instrumento de garantia de recursos à execução da despesa. Na execução orçamentária e financeira temos as transferências do Governo Federal e de Instituições não Governamentais, em forma de convênios.

O resultado financeiro do exercício findo em 31-12-2019 apresentou um encaixe na ordem de R\$ 62.603 mil e em termos percentuais, um acréscimo de 111,03% em relação ao exercício de 2018.

No exercício de 2019, o repasse financeiro do Governo do Estado foi da ordem de R\$ 1.350.534 mil, para cobertura das despesas executadas na fonte tesouro.

Nos recebimentos extraorçamentários estão evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, tais como, consignações em folha, cauções, e atendendo o disposto no § único do artigo 103 da Lei 4.320/64, estão computados os restos a pagar do exercício na receita extraorçamentária.

Nos pagamentos extraorçamentários estão demonstrados aqueles que não precisaram ser submetidos ao processo de execução orçamentária, tais como, devolução de depósitos e cauções, recolhimentos de tributos e consignações e os restos a pagar inscritos em exercício(s) anterior(es) e pagos no exercício e os valores das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiro.

5. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A apresentação da demonstração reflete as alterações quantitativas e qualitativas dos elementos patrimoniais, ocasionados pelas atividades estatutárias da Fundação.

DESCRIÇÃO	2019	2018
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>1.435.696.688,74</b>	<b>1.306.261.318,55</b>
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>-1.398.620.576,80</b>	<b>-1.310.799.284,31</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>37.076.111,94</b>	<b>-4.537.965,76</b>

5.2.-Fatores relevantes que impactaram nas Variações Patrimoniais Quantitativas

5.2.1.- Da Remuneração das Aplicações Financeiras

Do valor de R\$ 42.058 mil no exercício de 2018 para R\$ 36.659 mil no exercício de 2019, portanto, uma variação negativa de R\$ 5.399 mil, e em termos percentuais 12,84%. O fator primordial que impactou na redução foi a queda da taxa básica da economia que serve como referência nos investimentos (Taxa Selic).

5.2.2.- Da Concessão de Bolsas e Auxílios à Pesquisa

Aumento da despesa em 2019, no valor de R\$ 38.284 mil, passando de R\$ 1.219.004 mil em 2018 para R\$ 1.257.288 mil em 2019, crescendo em termos percentuais 3,14 %.

5.2.3.- Do Repasse Financeiro Obrigatório por Lei

No exercício de 2018 foi de R\$ 1.179.770 mil e no exercício de 2019 no montante de R\$ 1.350.534 mil. Houve, portanto, aumento nominal de R\$ 170.763 mil no exercício e em termos percentuais a elevação em 14,47%. Parte do aumento se deu em decorrência do reconhecimento como Receita Tributária dos acréscimos legais dos tributos pelo Governo do Estado que, até 2018 eram tratadas como Outras Receitas Correntes. Essa mudança se deu em razão da edição da Portaria Interministerial 01, de 14-06-2018.

5.2.4.- Do Recurso de Convênios

Redução dos recursos de convênios, em decorrência da queda da remuneração de aplicações e aportes de recursos de convênios no exercício, no valor de R\$ 21.291 mil.

5.2.5 - Dos Bens de Pesquisa

Redução de Bens de Pesquisa em poder de terceiros (Entidades não Governamentais) no valor de 50.689 mil, no exercício de 2019, decorrente de baixas por obsolescência tecnológica, doações, ação da natureza, etc.

5.2.6.- Das Despesas de Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios

Aumento de despesas de pessoal, encargos sociais e dos benefícios assistenciais e previdenciários, em relação a 2018, no valor de R\$ 5.317 mil. O acréscimo se deve a revisões salariais, reflexos nos encargos sociais e dos equilíbrios financeiros de contratos dos benefícios concedidos pela Fundação.

5.2.7 - Da diminuição da receita arrecadada do exercício de 2019

6.1.- Quadros demonstrativos conforme Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público e das Normas do Direito Financeiro. Leis 10.638/2007 e 11.941/2009

	ATIVO	
	2019	2018
CIRCULANTE	818.344.987,33	756.125.428,09
NÃO-CIRCULANTE	148.005.981,07	197.040.527,85
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>966.350.968,40</b>	<b>953.165.955,94</b>
	PASSIVO	
	2019	2018
CIRCULANTE	176.180.201,48	197.466.610,03
NÃO-CIRCULANTE	363.682,20	2.921.589,97
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	789.807.084,72	752.777.755,94
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>966.350.968,40</b>	<b>953.165.955,94</b>

LEI 4.320/1964 - ART 105

	ATIVO	
	2019	2018
FINANCEIRO	817.058.267,09	754.424.798,44
NÃO FINANCEIRO	149.292.701,31	198.741.157,50
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>966.350.968,40</b>	<b>953.165.955,94</b>

	PASSIVO	
	2019	2018
FINANCEIRO	247.940.950,70	306.443.548,80
NÃO FINANCEIRO	363.682,20	8.884.486,53
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	718.046.335,50	637.837.920,61
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>966.350.968,40</b>	<b>953.165.955,94</b>

6.2.- Do Superávit Financeiro Evidenciação do excesso de recursos financeiros que poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais conforme preceitua o inciso I, § 1º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, constante do Balanço Patrimonial nos ativos e passivos financeiros do exercício anterior.

SUPERÁVIT FINANCEIRO DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS		
	2019	2018
Ativo Financeiro	817.058.267,09	754.424.798,44
Passivo Financeiro	247.940.950,70	306.443.548,80
<b>(=) Superávit Financeiro</b>	<b>569.117.316,39</b>	<b>447.981.249,64</b>
Destinação de Recursos		
Ordinário	461.509.892,80	319.030.593,15
Vinculado	107.607.423,59	128.950.656,49
<b>TOTAL</b>	<b>569.117.316,39</b>	<b>447.981.249,64</b>

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Com o objetivo de contribuir para a transparência da gestão da FAPESP junto aos usuários da informação contábil, e considerando as normas aplicáveis ao Setor Público, foi elaborado o referido demonstrativo, contendo as seguintes características:

Pelo método direto (caixa) considerado ideal para o setor público, com base nos dados fornecidos pela área financeira, destacando o fluxo líquido das atividades operacionais, representado pelas receitas originárias (fonte 4 - Recursos próprios e fonte 5 - Recursos vinculados do Governo Federal) e das transferências financeiras do Governo do Estado (Fonte 1 - Tesouro), para a correspondente cobertura dos desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Os desembolsos estão evidenciados por função, de acordo com a Portaria 42/99 (Federal), em especial a funcional 19 - Ciência e Tecnologia.

A evidênciação dos fluxos de caixa permite uma visão geral da situação das finanças da Fundação, possibilitando se efetuar comparações entre ingressos e desembolsos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e avaliar as decisões de investimento e a situação presente e futura dos caixas e dos equivalentes de caixa.

7.1.- Atividades operacionais

A variação positiva de caixa líquido das atividades operacionais, no exercício de 2019, no valor de R\$ 285.227 mil, foi influenciada significativamente pelos seguintes fatores:

Redução dos desembolsos com Bolsas e Auxílios no país e exterior, em R\$ 191.493 mil, Aumento nominal das Transferências Financeiras do Governo do Estado, no montante de R\$ 171.020 mil, Redução das Transferências de Convênios do Governo Federal, no montante de R\$ 12.474 mil, e

Estão evidenciadas as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, com base no regime de competência, indicando o resultado patrimonial do exercício. O resultado foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. Como as variações patrimoniais qualitativas são decorrentes de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio, apresentamos de forma separada.

Imputamos como variações qualitativas as despesas de capital, com a aplicação em investimentos e inversões financeiras no valor de R\$ 5.822 mil.

5.1.- Do Resultado Econômico

O resultado patrimonial do exercício findo em 31-12-2019 apresenta um superávit econômico de R\$ 37.076 mil.